



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Siqueira Campos, 285 Fone/Fax: (12) 3107-1112 Cep: 12820-000

E-mail: contato@camaraareias.sp.gov.br Home Page: www.areias.sp.leg.br

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº ____/2025 (Do Vereador Mateus Miranda)

DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO, NO SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE AREIAS, DO FORNECIMENTO MENSAL, DO ESTOQUE DE MEDICAMENTOS DISPONÍVEIS NAS FARMÁCIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (LEI FARMÁCIA TRANSPARENTE).

Art. 1º Fica instituída a obrigatoriedade de divulgação, no sítio eletrônico oficial do Município de Areias, do fornecimento mensal e do estoque de medicamentos disponíveis nas farmácias públicas municipais.

Parágrafo único. As informações previstas nesta Lei deverão ser disponibilizadas em campo exclusivo, identificado de forma clara e acessível, com link de destaque na página inicial do sítio eletrônico oficial do Município, em local de fácil visualização, de modo a facilitar o acesso pela população.

Art. 2º A divulgação da lista de medicamentos disponíveis nas farmácias públicas municipais deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I – nome químico do medicamento;
- II – nome genérico do medicamento;
- III – quantidade total do medicamento disponível nas farmácias municipais;
- IV – quantidade específica do medicamento disponível em cada unidade de farmácia pública municipal;
- V – endereço e horário de funcionamento de cada farmácia pública municipal;
- VI – data e horário da última atualização das informações.



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Siqueira Campos, 285 Fone/Fax: (12) 3107-1112 Cep: 12820-000

E-mail: contato@camaraareias.sp.gov.br Home Page: www.areias.sp.leg.br

Parágrafo único. As informações de que trata este artigo deverão ser atualizadas ao menos uma vez ao dia, especialmente no que se refere à quantidade de medicamentos disponíveis.

Art. 3º Deverá ser divulgado, mensalmente, no sítio eletrônico oficial do Município, relatório contendo os nomes e as quantidades consolidadas de cada medicamento efetivamente fornecido pelas farmácias públicas municipais.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei, no que couber, por meio de decreto, para assegurar sua fiel execução.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.

Areias, 21 de setembro de 2025.

**Ver. Mateus Miranda
Partido Progressistas**

Câmara Municipal de Areias - SP
PROTOCOLO GERAL 253/2025
Data: 22/09/2025 - Horário: 09:30
Legislativo - PLL 14/2025



CÂMARA MUNICIPAL DE AREIAS

ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Siqueira Campos, 285 Fone/Fax: (12) 3107-1112 Cep: 12820-000

E-mail: contato@camaraareias.sp.gov.br Home Page: www.areas.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

A presente proposição visa garantir **transparência e acesso à informação**, princípios consagrados no **art. 37, caput, da Constituição Federal**, ao determinar que o Município divulgue publicamente os dados referentes ao estoque e ao fornecimento de medicamentos nas farmácias públicas municipais.

A iniciativa encontra **fundamento legal no art. 6º, I, da Lei Orgânica do Município de Areias**, que atribui à Câmara Municipal competência para legislar sobre **assuntos de interesse local**.

Além disso, a constitucionalidade de leis municipais com este conteúdo já foi **expressamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal**, conforme julgado no **Recurso Extraordinário nº 878.911/RJ (Tema 917 da Repercussão Geral)**, no qual restou assentado que:

“Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trate da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.” (Min. Gilmar Mendes)

A jurisprudência foi reafirmada recentemente no julgamento do **ARE 1.436.429/SP**, em que o STF reconheceu a **constitucionalidade da Lei Municipal nº 14.120/2022, de São José do Rio Preto**, de iniciativa parlamentar, que trata da mesma matéria ora proposta.

Trata-se, portanto, de proposição legítima e de extrema utilidade pública, por permitir que a população tenha conhecimento atualizado e transparente da disponibilidade de medicamentos, facilitando o acesso ao tratamento e evitando deslocamentos desnecessários.

Contando com a sensibilidade dos Nobres Pares para a sua aprovação, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Ver. Mateus Miranda
Partido Progressistas